

Fotografia: VC Gabriel, PM/8 EMG.

A portrait of a middle-aged man with dark hair, smiling slightly. He is wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a blue patterned tie. He is seated in a black leather office chair. His hands are clasped in front of him, and a watch is visible on his left wrist. The background is a light-colored, vertically-grained wall.

ENTREVISTA



O GUARDIÃO E O CIENTISTA DA FLORESTA: A trajetória do CEL PM RR Fernando Alberto Bilóia da Silva na segurança climática da Amazônia

Júlio Ildelfonso Damasceno Ferreira¹

Elcimar Maria de Oliveira Lima²

¹ Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social – IESP/UEPA; Especialista em Gestão Governamental – CESU-PA; Bacharel em Defesa Social - IESP/UEPA; Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA; Tenente Coronel PM; Chefe da 8ª Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (EMG/PMPA).

julioedufisica@gmail.com
ORCID: 0000-0003-1464-5021

² Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA); Mestre em Sociologia (UFPA); Especialista em Língua Portuguesa (UFPA); Graduada em Língua Portuguesa e Inglês (UPFA); Capitã da Reserva Remunerada e Auxiliar da 8ª Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (EMG/PMPA).

limaelci@gmail.com
ORCID: 0009-0007-8833-5049

A história da segurança pública ambiental no estado do Pará confunde-se com a trajetória profissional e acadêmica do Coronel PM RR Fernando Alberto Bilóia da Silva. Natural de Belém e egresso da Academia de Polícia Militar “Cel Fontoura”, o oficial consolidou uma carreira de mais de três décadas marcada pelo pioneirismo operacional no chão da floresta e pela produção intelectual voltada à Governança Ambiental e à Segurança Climática na Amazônia.

Bacharel em Ciências de Segurança Pública (IESP) e em Direito (FACI), o Coronel Fernando Bilóia compreendeu precocemente que a complexidade do bioma amazônico exigia soluções que superassem o pragmatismo da força. Essa convicção o levou a trilhar um sólido percurso acadêmico: tornou-se Especialista em Proteção e Segurança Ambiental (UEPA), Gestão Ambiental (UFPA), Direito Ambiental e Políticas Públicas (UFPA) e em Gestão Estratégica de Segurança Pública (IESP). No ano de 2012, obteve o título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (NUMA/UFPA) e, atualmente, mantém seu compromisso com a vanguarda científica como Doutorando em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

No plano institucional, sua liderança foi essencial no Comando do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) da PMPA. Sua visão interagências o levou a fundar a Coordenadoria de Inteligência Ambiental na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA) e a atuar como cofundador da “Sala Verde” no âmbito da Polícia Civil.

Escritor e pesquisador prolífico, é autor de manuais de doutrina e de diversos artigos científicos, versando sobre a Educação Ambiental não-formal como missão da Polícia Militar Ambiental e as tendências da gestão de resíduos sólidos frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fora dos quartéis, contribui ativamente com a sociedade civil como advogado inscrito na OAB/PA, integrando as Comissões de Meio Ambiente e de ODS, ESG e Compliance da Ordem.

Nesta entrevista exclusiva à PMPA em Revista, o Coronel Fernando Bilóia descortina os desafios logísticos da Corporação frente à COP30, analisa a evolução do Comando de Policiamento Ambiental (CPA) e propõe um novo paradigma sistêmico: aquele em que o policial militar da Amazônia atua de forma indissociável como garantidor da soberania territorial e cientista da governança climática global.

Como o senhor descreve a transição da carreira ativa na Polícia Militar do Pará para a sua atual função como Assessor Técnico da Corporação?

Olhar para essa transição é compreender que a nossa missão não cessa, ela se transforma. Nesse aspecto, descrevo essa transição como um processo de refinamento analítico, e não de desaceleração. Foram trinta anos de atuação intensa na linha operacional e de comando, vivenciando o dia a dia da segurança pública como um todo. Trazer essa bagagem para a assessoria técnica é extremamente importante, pois a inovação que tanto buscamos só faz sentido se estiver ancorada na nossa identidade. Esta nova função me exige menos a rigidez do comando e mais a sensibilidade e a profundidade da visão estratégica. É a real oportunidade de usar a memória institucional que acumulei para assessorar decisões complexas que impactarão as próximas gerações. Portanto, continuo servindo à sociedade e à PMPA com a mesma abnegação de sempre, atuando como bússola ética diante dos novos desafios geopolíticos, mas agora lapidando as estratégias que guiarão o nosso futuro técnico e científico.

Qual sua avaliação acerca da evolução da estrutura da Polícia Militar Ambiental do Pará, desde a criação das primeiras companhias (CIPOMAs) até a ativação do Comando de Policiamento Ambiental (CPA)?

Avalio essa evolução como o reflexo claro do amadurecimento técnico da nossa Corporação diante da crescente complexidade dos desafios socioambientais e criminais da Amazônia. A Polícia Militar Ambiental no Pará é a história de uma transformação profunda: saímos da proteção local de Unidades de Conservação para um braço estratégico da segurança pública aliado ao protagonismo na segurança climática internacional. Essa trajetória começou a ganhar força com a Constituição Paraense de 1989, que ampliou nossa missão constitucional para a salvaguarda ambiental. Logo em seguida, na década de 1990, nasceram as primeiras Companhias Independentes de Polícia de Meio Ambiente (CIPOMAs): a pioneira em Parauapebas (1993), voltada à proteção da Província Mineral de Carajás, e a segunda em Belém (1994), focada nos mananciais da Região Metropolitana. Naquela época, nossa atuação era essencialmente “in situ”, restrita à proteção de parques e florestas nacionais. O primeiro grande salto operacional veio em 2001, com a transformação da 2ª CIPOMA no Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), o que nos permitiu dar suporte tático a grandes operações interagências ambientais no território paraense. Mais tarde, amparados pela alteração da Lei de Organização Básica da PMPA (2006), alcançamos um novo patamar em 2017 com a efetivação do Comando de Policiamento Ambiental (CPA), que centralizou a coordenação estratégica e hoje engloba o BPA, a Companhia de Policiamento Fluvial (CIAPFlu) e a 1ª CIPAmb em Santarém, com previsão de expansão para municípios estratégicos como Paragominas, Parauapebas e São Félix do Xingu. Hoje, em perfeita sintonia com a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, o Acordo de Paris e o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), a Polícia Militar Ambiental atingiu um nível sistêmico, nos tornando protagonistas na governança da Amazônia, liderando ações de Comando e Controle, com destaque para a Operação Curupira, com o objetivo claro de apoiar o Estado do Pará a atingir a Emissão Líquida Zero no setor de Mudança no Uso da Terra e Florestas (que responsada pela maioria das emissões de gases do efeito estufa - GEE) até 2030, contribuindo para a redução sustentada da supressão vegetal ilegal e fomento ao desmatamento líquido zero, substituindo a degradação por uma economia baseada na floresta em pé.

De que forma sua experiência como Comandante do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) moldou sua visão sobre o papel da segurança pública na Amazônia?

Estar à frente do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) foi um divisor de águas da minha vida pública, pois me mostrou que a Amazônia exige soluções de segurança pública singulares, que não podem ser copiadas de outras regiões do país. Ali, compreendi que a segurança

pública tradicional e a proteção ambiental são indissociáveis, e que o policial atua como um verdadeiro guardião do bioma. Combater crimes ambientais no território amazônico é, fundamentalmente, defender a soberania nacional e proteger as populações tradicionais, ribeirinhas e indígenas que dependem do equilíbrio desse ecossistema. Para que essa missão seja efetiva, solidifiquei a visão de que precisamos de uma Segurança Sistêmica, integrando o rigor da atividade de segurança pública à expertise jurídica das agências reguladoras e ambientais. Aprendi ainda que o sucesso não depende apenas da repressão, mas de um policiamento de proximidade e educação ativa, construindo confiança com as comunidades para prevenir crimes, mediar conflitos socioambientais e assegurar o cumprimento da lei alinhado às políticas socioeconômicas regionais.

O senhor também atuou como Coordenador de Inteligência Ambiental na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade - SEMAS. Como essa experiência interinstitucional contribui para o seu trabalho atual na PMPA?

A minha passagem pela SEMAS confirmou de forma prática, que o sucesso das nossas ações depende de inteligência estratégica e integração interagências. Tive o privilégio institucional de ser o fundador da atividade de inteligência ambiental no âmbito daquele órgão de Estado. Essa rica experiência fortaleceu minha crença na cultura de dados. Compreendi que monitorar por satélite, antecipar as manchas criminais e cruzar dados de inteligência geoespacial é infinitamente mais eficiente e menos custoso do que apenas reagir ao crime já consolidado. No assessoramento técnico atual, traduzo isso em propostas que utilizam a tecnologia e a análise de evidências para proteger e direcionar melhor a nossa tropa. Outro grande ganho foi aprender a transitar no ambiente civil, o que me permite hoje servir como um elo facilitador, desburocratizando o diálogo e articulando ações conjuntas entre a PM e as demais secretarias estaduais. É a aplicação real da Gestão 4.0, onde unimos ferramentas tecnológicas de ponta, inteligência artificial, imagens de radar de alta resolução e análise de dados complexos, à força histórica da Instituição de Fontoura, entregando ao cidadão um serviço preventivo moderno, transparente e de altíssima precisão.

Como a sua atuação na Comissão de Meio Ambiente da OAB/PA se integra com a sua identidade como Oficial da Polícia Militar?

Vejo essa integração como um processo natural e complementar de transição de carreira. Longe de significar um distanciamento da identidade construída na caserna, o ingresso nos quadros da Ordem expande e fortalece a bagagem proporcionada pela farda. Enquanto o comando no terreno e a vivência prática militar conferiram uma compreensão real dos desafios da governança territorial e da segurança climática na Amazônia, a Comissão de Meio Ambiente me oferece agora a arena do debate técnico, do amparo legal e do aperfeiçoamento jurídico diante do rigor do direito ambiental e das políticas públicas de sustentabilidade. Essa trajetória consolida a certeza que, na região amazônica, o cumprimento da lei e a preservação do bioma só alcançam plena eficácia quando caminham em perfeita harmonia com o ordenamento jurídico e com a defesa dos direitos dos cidadãos e das comunidades tradicionais.

O senhor é cofundador da “Sala Verde” na Polícia Civil do Estado. Como surgiu essa iniciativa e qual o impacto dela para a segurança pública estadual?

A idealização da “Sala Verde” na Polícia Civil do Estado configura-se como um verdadeiro divisor de águas, cujo surgimento representou a introdução pioneira da educação ambiental na rotina de uma delegacia especializada em crimes ambientais. Considerada um caso de sucesso, a iniciativa nasceu com o propósito de aprimorar a percepção sobre o papel da polícia judiciária no Pará, provando que a missão institucional também passa obrigatoriamente pela sensibilização e conscientização social. Logo, o impacto desse projeto para a segurança

pública estadual expande-se muito além da estrutura física, consolidando um novo paradigma na área: o de que a repressão ao crime ganha muito mais força e eficácia quando caminha ao lado da prevenção e da pedagogia ambiental. A iniciativa se estabelece, portanto, como uma evidência de que a educação e a sustentabilidade funcionam como ferramentas universais de transformação, perfeitamente capazes de florescer em qualquer ambiente institucional.

Como o senhor avalia o papel da produção intelectual e acadêmica desenvolvida na Corporação, agora na condição de *imortal* da Academia de Letras e Artes da Polícia Militar do Pará (ALAPMPA), para garantir que essa “sociedade mais segura e humanitária” seja alcançada pelas futuras gerações de policiais?

Ingressar na Academia de Letras e Artes da Polícia Militar do Pará (ALAPMPA) me traz a profunda certeza de que a produção intelectual não é um mero adorno, mas o verdadeiro alicerce para a modernização e a humanização da força pública. A chamada “imortalidade acadêmica” só se justifica se formos capazes de inspirar as futuras gerações por meio de três pilares fundamentais. Primeiramente, a ALAPMPA atua como guardião da identidade e memória institucional, permitindo jovem policial compreenda que herda um patrimônio vivo do povo paraense. Conhecer as raízes que nos forjaram ensina que a nossa missão transcende a força; ela é um compromisso de vida e de honra. Em segundo lugar, a produção cultural e a escrita humanizam a caserna e nos reconecta com a nossa própria essência. Quando o policial militar se dedica à pesquisa, à poesia, à literatura ou à história, ele reafirma que a segurança pública é, antes de tudo, um ato de cuidado com o próximo, desfazendo estereótipos ultrapassados e revelando profissionais compassivos e pensantes, que enxergam a segurança pública como um ato de cuidado com o próximo. Por fim, o ambiente acadêmico promove o equilíbrio entre a tradição e a modernidade, oferecendo a serenidade necessária para a reflexão crítica de que a firmeza indispensável ao cumprimento da lei e à preservação da ordem pública deve caminhar em perfeita harmonia com o respeito absoluto aos direitos humanos e com as inovações que o mundo contemporâneo exige. Assim, pesquisar e escrever tornam-se ferramentas práticas para moldar um futuro mais seguro e justo para a sociedade.

O senhor possui uma vasta formação acadêmica, sendo atualmente doutorando em Ciências Ambientais na UEPA. O que o motivou a seguir esse caminho de pesquisador nativo dentro da Instituição?

A busca pelo caminho da pesquisa nasce da percepção clara de que a Amazônia não aceita fórmulas prontas. A experiência prática à frente do BPA, na Delegacia Especializada em Meio Ambiente (atual DEMAPA) e na SEMAS revelou que a segurança pública na nossa região precisa ir muito além da fiscalização tradicional. Embora o conhecimento prático da farda seja indispensável, é o rigor científico que traduz essa vivência em políticas públicas duradouras. Tornar-se um “pesquisador nativo” significa assumir a responsabilidade de produzir uma ciência que compreenda a nossa própria geografia e as dinâmicas socioterritoriais do Pará. Nesse sentido, o doutorado em Ciências Ambientais oferece o alicerce para estruturar o conceito de “Segurança Climática”, consolidando o protagonismo da PMPA na governança ambiental e na contribuição com a meta de Emissão Líquida Zero até 2030 da agenda do clima. A produção intelectual dentro da caserna engrandece a tropa, pois demonstra a autonomia dos policiais para liderar processos complexos de segurança pública e defesa social. O que me move é a certeza de que farda e ciência não se anulam; elas se somam. Farda e ciência não se anulam; elas se somam. A academia não representa uma busca por vaidade ou por um título, mas sim um compromisso de entregar um serviço cada vez mais técnico, moderno e visionário à Instituição PMPA e a sociedade paraense.

Como o senhor concilia o rigor da pesquisa acadêmica com a pragmática das políticas públicas e das operações policiais de campo?

Quando pensamos na segurança pública contemporânea, precisamos compreender uma verdade fundamental: a política pública real não é aquela desenhada dentro dos gabinetes; para o cidadão comum, a política pública é o comportamento do policial militar na rua. Esse profissional na ponta da linha é o que a literatura conceitua como “Burocrata de Rua”, um tomador de decisões complexas em frações de segundos, que lida com recursos escassos, pressões diárias e cenários dinâmicos que vão desde a complexidade urbana até os imensos desafios inerentes aos conflitos ambientais e territoriais da nossa Amazônia. Nesses contextos, onde nenhum manual consegue prever a totalidade das variáveis, a discricionariedade do policial é uma realidade e ele precisa estar amparado para decidir bem. É exatamente aí que entra o papel indispensável da pesquisa acadêmica nas ciências de segurança pública. A ciência ajuda a decodificar as dinâmicas do crime, a evolução das demandas climáticas e o comportamento social, transformando dados brutos em doutrina de atuação. É a pesquisa científica que fornece o lastro para a criação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) mais seguros, inteligentes e humanos. Por isso, a governança assume um papel profundamente humanizado e estratégico. Governar a segurança não significa engessar o homem da ponta com burocracia rígida, mas sim fornecer ferramentas para que sua autonomia se traduza em justiça e paz social. Essa consolidação se dá mediante uma doutrina clara que garanta segurança jurídica ao agente, do uso de tecnologia e inteligência para otimizar seu esforço, e uma forte integração em rede com outros órgãos e com a própria comunidade. Em suma, humanizar essa relação significa reconhecer que o policial militar não é um executor mecânico de ordens; mas o elo estratégico da governança do Estado. Fortalecer a Instituição e alcançar metas macro, como a sustentabilidade e a ordem pública, passa obrigatoriamente por valorizar, capacitar e respaldar o profissional que humaniza a presença do Estado onde ela se faz mais necessária.

O senhor defende a competência originária da PMPA na polícia ostensiva ambiental. Quais são hoje os principais entraves para a sua consolidação e como a LOB e a Lei Orgânica Nacional (Lei 14.751/2023) impactam essas atribuições?

A tese de que a Polícia Militar do Pará possui legitimidade plena para o exercício da polícia ostensiva ambiental baseia-se em suas atribuições constitucionais de preservação da ordem pública. Historicamente, contudo, os principais entraves para a consolidação dessa competência residiam na superação do conflito de interpretação doutrinária e normativa sobre a extensão do seu poder de polícia administrativa ambiental, especialmente quanto à lavratura de Autos de Infração Ambiental e à aplicação de medidas administrativas sancionatórias. Essa percepção alimentou uma resistência político-institucional setorial que tendia a enxergar a fiscalização e a autuação como exclusividades dos órgãos ambientais civis, levando a PMPA a recorrer a arranjos cooperativos e convênios temporários para atuar. Para superar a fragilidade desses vínculos e fortalecer a competência comum descentralizada prevista no Art. 23 da Constituição Federal de 1988, firmou-se o Termo de Cooperação Técnica nº 001/2024 entre a PMPA, a SEGUP e a SEMAS, formalizando a delegação de competência para a lavratura de infrações no plano estadual. No ordenamento normativo, enquanto a Lei Complementar nº 053/2006 (Lei de Organização Básica da PMPA) já consolidava a especialização das ações ambientais da Polícia Militar Ambiental em missões preventivas e repressivas de tutela da fauna e da flora locais, o advento da Lei Federal nº 14.751/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares) redefiniu definitivamente o cenário. Ao pacificar em âmbito nacional a competência das Polícias Militares para o policiamento ostensivo ambiental e para a lavratura dos

respectivos autos, a legislação federal trouxe a segurança jurídica necessária para superar debates arcaicos sobre a legalidade da fiscalização ambiental exercida pelos policiais militares estaduais na proteção do bioma.

Como a PMPA pode aprimorar seus protocolos para que os atendimentos de crimes ambientais urbanos sejam tão eficazes quanto os de combate ao desmatamento?

O sucesso obtido no combate ao desmatamento no interior do estado, a exemplo da Operação Curupira, fundamenta-se em três pilares essenciais: dados, tecnologia e resposta imediata em campo. Para levar essa mesma eficácia para os crimes urbanos, como a poluição sonora em Belém, faz-se necessário aplicar essa exata lógica estratégica. Nas áreas urbanas, as ocorrências concentram-se tanto nas periferias quanto em pontos centrais específicos, como é o caso de postos de combustíveis, conveniências e casas de festas noturnas, onde o uso de som automotivo e a falta de isolamento acústico adequado demandam fiscalização firme e imediata. Para alcançar esse patamar de eficiência, o aprimoramento dos protocolos da PMPA deve focar, primeiramente, na autonomia do policial na ponta da linha, viabilizada pela liberação da lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) diretamente pela guarnição, transformando a viatura em uma resposta jurídica instantânea contra a impunidade. Em segundo lugar, destaca-se o uso da inteligência para antecipar o crime; assim como os satélites monitoram a floresta, o cruzamento de dados do CIOp com ferramentas de geoprocessamento permite mapear a mancha criminal ambiental urbana para um patrulhamento preventivo cirúrgico. Por fim, o emprego de tecnologia e parcerias institucionais, como o uso de sonômetros modernos calibrados e câmeras corporais, garante uma prova técnica incontestável que blinda o trabalho do policial. Adicionalmente, liderar operações integradas de saturação supre as limitações operacionais noturnas dos órgãos municipais, assegurando ao cidadão urbano o mesmo rigor dedicado à defesa das florestas paraenses.

Em sua visão, a Educação Ambiental deve ser vista como uma missão institucional da PMPA ou apenas como uma atividade complementar?

A Educação Ambiental não pode ser encarada como um apêndice ou uma atividade secundária, mas sim como uma verdadeira missão institucional da nossa Polícia Militar. Esse entendimento é respaldado e fortalecido pela Lei Orgânica Nacional (Lei Federal nº 14.751/2023), que evidencia que a preservação da ordem pública passa necessariamente pela proteção do meio ambiente. Ao integrar oficialmente as corporações ao SISNAMA, o diploma legal reconhece o policial militar como um educador ambiental em suas esferas familiar, profissional e comunitária, alinhando a atuação da farda às grandes diretrizes nacionais de sustentabilidade. Contudo, eu defendo que a Educação Ambiental e a Fiscalização devem caminhar de mãos dadas como práticas integradas de gestão, fundamentais para lidar com as complexidades do bioma amazônico. Enquanto a fiscalização impõe a autoridade da lei, a educação confere a legitimidade social, altivez e credibilidade à atuação da força pública.

O modelo tradicional focado estritamente na repressão posterior ao dano mostra-se insuficiente para a realidade atual da Amazônia, exigindo um foco estratégico na prevenção e no cuidado territorial. Adicionalmente, a educação ambiental desempenha um papel de peso para que a Polícia Militar contribua de forma ativa com as metas climáticas estaduais, como o alcance da neutralidade de carbono e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Por fim, há um ganho imenso na aproximação com a sociedade. Quando o policial militar realiza ações de Educação Ambiental nas comunidades, a farda se humaniza. Os policiais deixam de ser vistos apenas como a força que pune e passam a ser o elo que protege. Isso aproxima a tropa do cidadão e nos ajuda a construir, juntos, uma cultura de preservação da floresta. Cuidar do futuro da Amazônia, portanto, transcende a obrigação legal da PMPA, constituindo um compromisso moral da tropa.

Belém sediará a COP30 em novembro. Na sua visão, quais os principais desafios enfrentados pela Segurança Pública na proteção do meio ambiente e do clima e o legado deixado por esse evento internacional para o Estado do Pará?

O principal desafio da segurança pública na região reside na redução e no controle do desmatamento na Amazônia paraense, meta que só se viabiliza mediante ações estratégicas bem coordenadas entre as instituições afins. Para tanto, faz-se necessário atuar fortemente na prevenção, com o emprego do que há de mais moderno em geotecnologias, mantendo simultaneamente um comando e controle firme em campo apoiado em instrumentos reguladores, como os sistemas DETER e Planet, a plataforma MapBiomas, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os mecanismos de rastreabilidade de madeira. Para compreender a relevância dessa estrutura, precisamos lembrar que as Conferências das Partes (COPs) nasceram na Conferência da Rio-92 com o propósito claro de unir as nações globais para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Ao sediar a COP30 em Belém, o estado do Pará posicionou-se no centro dessa agenda geopolítica. O grande legado desse evento internacional para o estado foi a aprovação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, mecanismo financeiro de longo prazo necessário ao fortalecimento do combate ao desmatamento, conferindo sustentabilidade e robustez institucional à proteção do futuro da Amazônia.

Como a PMPA pode auxiliar na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, especialmente na gestão de crises e eventos climáticos extremos?

A atuação da Corporação diante dos desafios das mudanças climáticas desenvolve-se por meio de dois caminhos fundamentais. O primeiro, de natureza eminentemente estratégica e preventiva, atua na mitigação dos efeitos do aquecimento global ao combater na raiz as suas principais causas na Amazônia: o desmatamento ilegal e as queimadas. Cada hectare de floresta que a tropa ajuda a manter preservada, contribui para a salvaguarda do equilíbrio térmico e para a manutenção do ciclo de chuvas essencial à região. Por outro lado, o segundo eixo estrutura-se na gestão de crises frente aos eventos climáticos extremos que já impactam a realidade regional, manifestando-se em grandes enchentes ou secas severas que isolam comunidades inteiras. Nesses cenários críticos, a Polícia Militar consolida-se como o braço de pronta-resposta do Estado, garantindo a governança do território, o suporte logístico necessário e a preservação da ordem pública em apoio à Defesa Civil, assegurando que o socorro e a ajuda humanitária cheguem com segurança a quem mais precisa. No fim das contas, segurança pública e segurança climática caminham de mãos dadas.

Para encerrar, qual mensagem o senhor deixa para os novos policiais militares que ingressam na Corporação em um momento em que a Amazônia e o Clima estão no centro das decisões mundiais?

A mensagem que deixo para os novos policiais é que eles estão ingressando na nossa bissecular Instituição de Fontoura em um dos momentos mais cruciais da nossa história. Ser policial militar no Pará vai muito além de garantir a segurança pública tradicional, pois significa ser a linha de frente da segurança climática e ambiental na Amazônia. O mundo inteiro debate o clima em grandes fóruns, mas somos nós, que vestimos essa farda e estamos no terreno. A nossa missão tradicional de Comando e Controle no combate ao desmatamento ilegal evoluiu, sendo considerada a base de uma governança territorial estratégica, essencial para que o nosso Estado alcance a meta de Emissão Líquida Zero até 2030. Por isso, honrem essa missão com profissionalismo e abnegação. Estudem, especializem-se no uso das novas geotecnologias e da inteligência artificial, e tenham a exata consciência do tamanho e da nobreza do chamado de vocês. Vocês não estão apenas iniciando uma carreira, estão assumindo uma função sistêmica e fazendo história na proteção da maior floresta tropical do mundo. Sejam muito bem-vindos e tenham orgulho dessa caminhada.